

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MINAS
GERAISGOVERNO DIFERENTE.
ESTADO EFICIENTE.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

URFBio Centro Oeste - Núcleo de Apoio Regional Pará de
Minas

Parecer Técnico IEF/NAR PARA DE MINAS nº. 1/2025

Belo Horizonte, 02 de janeiro de 2025.

PARECER ÚNICO					
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL					
Nome: RAIZEN CENTRO SUL S.A.			CPF/CNPJ: 15.527.906/0029-37		
Endereço: VILA LUCIÂNIA			Bairro: ZONA RURAL		
Município: LAGOA DA PRATA	UF: MG		CEP: 35.593-899		
Telefone: (37) 99808-6392		E-mail: ellen.alves@raizen.com			
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel? () Sim, ir para o item 3 (X) Não, ir para o item 2					
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL					
Nome: RONALDO PEÇANHA REZENDE E OUTROS			CPF/CNPJ: 371.505.536-72		
Endereço: RUA EURITA,643, APTO 301			Bairro: SANTA TEREZA		
Município: BELO HORIZONTE	UF: MG		CEP: 31.010-210		
Telefone: (37) 99808-6392		E-mail: lucas.martins3@raizen.com			
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL					
Denominação: FAZENDA CAMARGOS			Área Total (ha): 94,6837		
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 20.399			Município/UF: LUZ - MG		
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3138807-54EC.B986.0595.438B.9319.AEB2.E7DB.04CE					
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA					
Tipo de Intervenção		Quantidade		Unidade	
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas		214		ÁRVORES	
5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO					
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	214	ÁRVORES	23K	430237.08	7812802.04
6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA					
Uso a ser dado a área		Especificação		Área (ha)	
Cultivo agrícola		Atividade sucroalcooleira		61,6068	
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL					

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerrado	Área antropizada		61,6068

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha de floresta nativa		444,1103	m³
Madeira de floresta nativa		40,4258	m³

1. HISTÓRICO

- Em 04/09/2024 foi gerado o Processo nº 2100.01.0029765/2024-90 em nome de RAIZEN CENTRO SUL S.A.;
- Na data de 09/09/2024 o Processo nº 2100.01.0029765/2024-90 foi formalizado com a finalidade de corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas (processo convencional), no imóvel Fazenda Camargos, município de Luz/MG;
- A vistoria foi realizada de forma remota na data de 08/11/2024;
- Em 11/12/2024 foram solicitadas informações complementares ao processo. Estas informações foram apresentadas em 12/12/2024;
- O parecer técnico foi emitido em 02/01/2025.

2. OBJETIVO

É objeto deste parecer analisar a solicitação para corte de 214 árvores isoladas nativas vivas em 61,6068 ha do imóvel Fazenda Camargos, município de Luz/MG. A intervenção almeja a realização de cultivo agrícola para atividade sucroalcooleira.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENDIMENTO

3.1 Imóvel rural:

O imóvel denominado Fazenda Camargos, localizado no município de Luz, possui área total de 94,6837 ha, correspondente a aproximadamente 2,70 módulos fiscais. Está registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Luz sob a matrícula 20.399 e pertence a Ronaldo Peçanha Rezende, portador do CPF nº 371.505.536-72, e outros.

O clima do município enquadra-se no tipo Tropical com nítida estação seca no inverno e estação chuvosa no verão. As chuvas ocorrem principalmente entre os meses de outubro e março, com a maior incidência no bimestre de dezembro e janeiro.

O imóvel está localizado nos domínios do Bioma Cerrado, com relevo relativamente plano e possuindo as áreas de preservação permanente (APP) parcialmente preservadas.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

Foi apresentado o demonstrativo da situação das informações declaradas no CAR e o recibo de inscrição do imóvel no CAR MG-3138807-54EC.B986.0595.438B.9319.AEB2.E7DB.04CE, cadastrado em 08/05/2015.

Conforme cadastro do CAR, o imóvel é composto pela matrícula 20.399. Foi informada área total de 94,6837ha, sendo: 87,8070ha de área consolidada; 5,6718ha de APP; 2,9552ha de vegetação nativa remanescente; e 2,9552 de área de Reserva Legal.

- Qual a situação da área de reserva legal:

- (X) A área está preservada
- () A área está em recuperação
- () A área deverá ser recuperada

- Formalização da reserva legal:

- (X) Proposta no CAR
- (X) Averbada
- () Aprovada e não averbada

- Número do documento: MG-3138807-54EC.B986.0595.438B.9319.AEB2.E7DB.04CE

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

- (X) Dentro do próprio imóvel
- (X) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade
- () Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: O imóvel possui 26,0600ha de reserva legal compensados no imóvel receptor “Fazenda Posse do Padre Antônio”, município de Córrego Danta. Em complemento, a vegetação remanescente do imóvel com 2,9552ha foi proposta no CAR como reserva legal.

- Parecer sobre o CAR: Verificou-se que as informações prestadas CAR correspondem com as constatações feitas durante a análise do processo. A localização da Reserva Legal está de acordo com a legislação vigente.

Contudo, conforme o disposto no artigo 88 do Decreto Estadual nº 47.749/2019, a aprovação da localização da Reserva Legal declarada no CAR não é prerequisite para autorização para intervenção ambiental de corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Trata-se de solicitação para corte de 214 árvores isoladas nativas vivas em 61,6068ha visando cultivo agrícola para atividade sucroalcooleira. Destas 214 árvores isoladas, ocorrem 05 indivíduos de *Handroanthus ochraceus*, 07 indivíduo de *Handroanthus serratifolius*, 04 indivíduos de *Tabebuia aurea* e 04 indivíduos de *Caryocar brasiliense*, espécies protegidas conforme a Lei Estadual nº 10.883/92 e a Lei Estadual nº 20.308/12.

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23133586 – É preciso destacar que ocorreram problemas técnicos na inscrição do projeto no sistema do Sinaflor. No documento SEI nº 97003035 estão descritos os problemas observados e a orientação feita pelo GEFLOR, que em resumo diz que:

“Neste caso, por se tratar de um problema atípico da plataforma do IBAMA, vejo que poderia ser condicionada a aprovação do projeto a retificação após tal ato, pois só é possível fazer retificação em projetos aprovados.

Caso a retificação não seja feita de forma satisfatória, a autorização poderia ser cancelada e entraríamos em contato com o IBAMA novamente para verificar a situação da Ordem de Serviço nº 29673 "Falha de sincronismo no Job do CAR" que foi aberta na fábrica de Software”.

Taxa de Expediente: Atesta-se que foi apresentada DAE de Taxa de Expediente no valor de R\$ 982,02 referente a solicitação para corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas em 61,6068ha (96564279), pago em 02/09/2024;

Taxa Florestal: O processo foi formalizado estimando um volume de 444,1103 m³ de lenha de floresta nativa, sendo devido R\$ 3.282,68, e 40,4258 m³ de madeira de floresta nativa, sendo devido R\$ 1.995,63.

Atesta-se que foi apresentado um DAE único de Taxa Florestal no valor de R\$ 5.278,31 (96564283), correspondendo a R\$ 3.282,68 referente a 444,1103m³ de lenha de floresta nativa e R\$ 1.995,63 referente

a 40,4258m³ de madeira de floresta nativa.

4.1. Das Eventuais Restrições Ambientais:

- **Vulnerabilidade natural:** baixa;
- **Relevância regional da fitofisionomia Floresta Estacional Semidecidual:** muito baixa, baixa e média;
- **Prioridade para conservação da flora:** muito baixa;
- **Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas:** não ocorre;
- **Unidade de conservação:** não ocorre;
- **Áreas indígenas ou quilombolas:** não ocorre;
- **Potencialidade de ocorrência de cavidades:** baixa;
- **Integridade ponderada da flora:** muito baixa; média e baixa;
- **Integridade da fauna:** média.

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- **Atividades desenvolvidas:** G-01-03-1 (Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura)
- **Classe do empreendimento:** 0
- **Critério locacional:** 0
- **Modalidade de licenciamento:** Não passível

4.3 Vistoria realizada:

Requerente: RAIZEN CENTRO SUL S.A.

Transcrição do Relatório de Vistoria (101365042).

Local: FAZENDA CAMARGOS, município de Luz.

Documento assinado por: Vinicius Nascimento Ambiental (Gestor Ambiental responsável pela vistoria ao empreendimento); Evandro Marinho Siqueira (Consultor Ambiental).

Data da vistoria: 08/11/2024

Transcrição da vistoria:

Trata-se de processo convencional de corte de árvores isoladas visando plantio de cana-de-açúcar.

Durante a vistoria foi informado e/ou observado:

- Esta solicitação de intervenção já foi requerida outras duas vezes e os processos foram arquivados. Um processo foi arquivado devido a problemas na proposta de compensação; o outro processo foi arquivado devido a problemas no SINAFLOR;
- Foi informado que existe um erro da plataforma do SINAFLOR quanto ao imóvel, sendo que o erro foi comunicado ao órgão competente e que o órgão está buscando sanar a situação;
- O imóvel possui pastagens em uso e é requerido o corte destas árvores par implantação do cultivo agrícola;
- Durante a vistoria foram observados indivíduos de pequi, jatobá, pata-de-vaca; gameleira, paineira, dentre outras espécies típicas da região;

- Observou-se que os indivíduos não estavam plaqueteados. Contudo, as árvores observadas em campo correspondiam ao arquivo digital da planta topográfica e à planilha do censo florestal.

4.3.1. Características Físicas:

- **Topografia:** relevo plano a suave ondulado.
- **Solo:** no imóvel predominam solos do tipo Latossolo Vermelho.
- **Hidrografia:** o imóvel está na Bacia Federal do Rio São Francisco.

4.3.2. Características Biológicas:

- **Vegetação:** o imóvel está localizado nos domínios do Bioma Cerrado, apresentando poucos fragmentos de vegetação nativa, sendo estes localizados no interior da reserva legal e das faixas de APP do imóvel.

4.4 Comprovação de Ocupação Antrópica Consolidada:

Dentre as 214 árvores isoladas, ocorrem indivíduos das espécies *Handroanthus ochraceus*, *Handroanthus serratifolius*, *Tabebuia aurea* e *Caryocar brasiliense*, espécies protegidas conforme a Lei Estadual nº 10.883/92 e a Lei Estadual nº 20.308/12.

Neste sentido, é preciso observar se a intervenção ambiental ocorrerá em área rural antropizada até 22 de julho de 2008 ou em pousio.

Diante disso, o requerente apresenta um estudo/laudo (103727778), baseado por imagens de satélite disponíveis do Google Earth, demonstrando que a área do empreendimento se encontrava desprovida de vegetação nativa ou antropizada antes de 22 de julho de 2008.

5. ANÁLISE TÉCNICA

O processo administrativo 2100.01.0029765/2024-90 fora instruído com as peças necessárias a análise técnica. Sendo que tal análise se baseou ainda em dados geoespaciais e outros documentos e estudos da região de localização do imóvel objeto da intervenção requerida. No que tange à Resolução Conjunta SEMAD IEF nº 3.102/2021 e Decreto 47.749/2019 o requerente cumpriu ao exigido, por meio da apresentação dos documentos.

Conforme disposto na Resolução conjunta SEMAD/IEF nº 3.102/2021, foi apresentado PIA (96564214) e planilha de campo (96564217). Nestes documentos encontra-se elaborado o censo florestal das espécies arbóreas que ocorrem na área de intervenção ambiental.

É requerido para corte um total de 214 indivíduos em uma área de 61,6068ha. Dentre estas 214 árvores isoladas, ocorrem 05 indivíduos de *Handroanthus ochraceus*, 07 indivíduos de *Handroanthus serratifolius*, 04 indivíduos de *Tabebuia aurea* e 04 indivíduos de *Caryocar brasiliense*, espécies protegidas conforme a Lei Estadual nº 10.883/92 e a Lei Estadual nº 20.308/12.

Durante vistoria e análise do empreendimento observou-se que a área requerida para intervenção ambiental está desprovida de vegetação nativa. Logo, o empreendimento não demandará supressão de vegetação nativa.

Diante do exposto, é preciso observar que, conforme Lei Estadual nº 20.308/12, o corte de indivíduos de pequi e ipê-amarelo apenas pode ocorrer em área rural antropizada até 22 de julho de 2008 ou em pousio, quando a manutenção de espécime no local dificultar a implantação de projeto agrossilvipastoril.

Conforme observado durante a análise do processo, verificou-se que a área de intervenção já se encontrava antropizada antes de 22 de julho de 2008.

Além disso, na Lei Estadual nº 20.308/12 está disposto que:

- Como condição para a emissão de autorização para a supressão do pequizeiro, o empreendedor deverá executar o plantio de 05 a 10 mudas de espécimes do *Caryocar brasiliense* por árvore a ser suprimida e, em alternativa, poderá optar pelo recolhimento de 100 Ufemgs (cem Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais), por árvore a ser suprimida, à Conta Recursos Especiais a Aplicar Pró-Pequi, de que trata o art. 5º-A da Lei Estadual nº 13.965/2001, observado o seguinte requisito: o recolhimento previsto poderá ser utilizado para até 50% (cinquenta por cento) das árvores a serem suprimidas.
- Como condição para a emissão de autorização para a supressão de ipê-amarelo, o empreendedor deverá executar o plantio de 01 a 05 mudas por árvore a ser suprimida e, em alternativamente.

Neste sentido, temos que o empreendedor apresentou um PTRF para o plantio de mudas referente ao corte dos indivíduos protegidos, sendo:

- O plantio de 25 mudas da espécie *Handroanthus ochraceus*;
- O plantio de 35 mudas da espécie *Handroanthus serratifolius*;
- O plantio de 20 mudas da espécie *Tabebuia aurea*;
- O plantio de 20 mudas da espécie *Caryocar brasiliense*;

Em conclusão, este parecer entende ser passível de deferimento a solicitação para o corte de 214 árvores isoladas em uma área de 61,6068ha, abarcando indivíduos de *Handroanthus ochraceus*, *Handroanthus serratifolius*, *Tabebuia aurea* e *Caryocar brasiliense*, no imóvel Fazenda Camargos, município de Luz/MG.

5.1 Finalidade do Produto/Subproduto:

O conforme o censo florestal foi estimado um rendimento de 444,1103m³ de lenha de floresta nativa e 40,4258m³ de madeira de floresta nativa.

Para estimar o rendimento lenhoso o requerente deu uso às seguintes equações:

- $\text{Ln}(\text{VTcc}) = -9,9180808298 + 2,4299711004 * \text{Ln}(\text{Dap}) + 0,5528661081 * \text{Ln}(\text{H})$ (VTcc = Volume total com casca);
- $\text{Ln}(\text{VFcc}) = -9,3162636983 + 1,3260932608 * \text{LN}(\text{Dap}) + 1,3298505049 * \text{LN}(\text{H})$ (VFcc = Volume de Fuste com casca).

Logo, temos que foram calculados os volumes total e de fuste dos indivíduos. Posteriormente, foi feita a subtração entre o volume total e o de fuste. Desta forma, o resultado da diferença foi informado como rendimento de lenha e o volume de fuste foi informado como rendimento de madeira.

5.2 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

O empreendedor informou que “*Os impactos ambientais negativos dar-se-ão em virtude da contínua descaracterização do ambiente, ou seja, uma área de uso agropecuário com árvores esparsas é um ambiente menos hostil do que uma monocultura. Esses indivíduos trazem consigo uma carga genética que se perderá. E em uma eventual regeneração da área eles serviriam de fonte de propágulos. Em relação à fauna, os indivíduos suprimidos, permitiriam abrigo, principalmente para a avifauna, e, para algumas espécies da fauna as árvores forneciam alimento. Para a entomofauna a redução da diversidade e abundância das flores pode ser o principal aspecto a ser considerado*”.

Entretanto, não foram listadas possíveis medidas mitigadoras que poderiam ser executadas. Contudo, segue abaixo uma lista de possíveis impactos ambientais que podem ser causados pelo empreendimento, bem como as seguintes medidas mitigadoras que o requerente deverá observar:

- Impacto Ambiental: Meio físico;

*** Medidas Mitigadoras:**

- Conservar as estradas de acesso à área, trilhas internas e observar possíveis processos iniciais de erosão, para evitar danos ao terreno;
- Reduzir ao máximo a movimentação de máquinas na área do projeto, visando alterar o mínimo possível a estrutura física do solo;
- Preparo do solo em curvas de nível (terraços), implementar “barraginhas” de contenção (se necessário);
- Plantio de leguminosas em consórcio com gramíneas em locais de alto risco de degradação do solo;
- Executar a exploração preferencialmente em períodos de pouca pluviosidade;
- Proteger a APP;
- Utilizar equipamentos adequados e profissionais habilitados;
- Depositar o material lenhoso em local adequado.

ii. Impacto Ambiental: Incêndios Florestais;

*** Medida Mitigadora:**

- Monitoramento, principalmente nos meses mais secos, para se evitar eventuais incêndios.

iii. Impacto Ambiental: Fauna silvestre;

*** Medida Mitigadora:**

- Visando à minimização do impacto da supressão das árvores sobre a fauna, sugere-se o plantio de mudas na área de preservação permanente.

iv. Impacto Ambiental: Geração de resíduos sólidos;

*** Medida Mitigadora:**

- Coleta e destinação adequada dos resíduos da atividade de corte.

6. CONTROLE PROCESSUAL

Fica dispensado, a critério do supervisor, o controle processual para os seguintes processos de intervenção ambiental:

- *Todos os processos de corte de árvores isoladas;*
- *Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP;*
- *Aproveitamento de material lenhoso.*

7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo DEFERIMENTO do requerimento do corte de 214 árvores isoladas nativas vivas em 61,6068ha do imóvel Fazenda Camargos, município de Luz /MG, pelos motivos expostos neste parecer.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Conforme o censo florestal, foram identificadas as seguintes espécies protegidas por legislação específica: 05 indivíduos de *Handroanthus ochraceus*, 07 indivíduos de *Handroanthus serratifolius*, 04 indivíduos de *Tabebuia aurea* e 04 indivíduos de *Caryocar brasiliense*, espécies protegidas conforme a Lei Estadual nº 10.883/92 e a Lei Estadual nº 20.308/12.

Neste sentido, temos que o empreendedor apresentou um Projeto Técnico de Reconstituição da Flora

(PTRF) para o plantio de mudas referente ao corte dos indivíduos protegidos, sendo:

- O plantio de 25 mudas da espécie *Handroanthus ochraceus*;
- O plantio de 35 mudas da espécie *Handroanthus serratifolius*;
- O plantio de 20 mudas da espécie *Tabebuia aurea*;
- O plantio de 20 mudas da espécie *Caryocar brasiliense*;

Diante do exposto, temos que foi proposta a execução de um PTRF com o plantio de 100 (cem) mudas em 0,3280 ha, em gleba única, abarcando área comum e APP da Fazenda Camargos, localizada no município de Luz. As coordenadas de referência da área de compensação são (fuso 23K, SIRGAS 2000): 430377.43 m E / 7813272.01 m S; 430409.47 m E / 7813316.37 m S.

O PTRF foi elaborado pelo Engenheiro Florestal Evandro Marinho Siqueira, ART MG20243537892.

Resumo da compensação ambiental:

Executar o Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF – apresentado anexo ao processo, em área de 0,3280ha, ocupando área comum e de APP da Fazenda Camargos, localizada no município de Luz, tendo como coordenadas de referência 430377.43x / 7813272.01y; 430409.47x / 7813316.37y (UTM, Sirgas 2000), na modalidade plantio de mudas, nos prazos estabelecidos no quadro de condicionantes.

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

☒ Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal - Deverá ser cobrada Reposição Florestal no valor de:

- R\$ 14.738,24 referente a 444,1103 m³ de lenha de floresta nativa (calculada sobre a UFEMG do ano de 2025);
- R\$ 1.341,57 referente a 40,4258 m³ de madeira de floresta nativa (calculada sobre a UFEMG do ano de 2025).

☐ Formação de florestas, próprias ou fomentadas

☐ Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Executar PTRF proposto, realizando o plantio de mudas em 0,3280 ha em área comum e de APP da Fazenda Camargos, localizada nas coordenadas de referência 430377.43x / 7813272.01y; 430409.47x / 7813316.37y (UTM, SIRGAS 2000).	Até 180 após a emissão do documento autorizativo
2	Apresentar relatório após a implantação do PTRF indicando as espécies e o número de mudas plantadas, tratos silviculturais adotados e demais informações pertinentes. Acrescentar anexo fotográfico. Caso o responsável técnico pela execução do PTRF seja diferente do responsável técnico pela elaboração do mesmo, apresentar junto a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	Até 30 dias após a instalação do PTRF
3	Apresentar relatórios anuais com anexo fotográfico para avaliação da situação do plantio. Informar quais os tratos silviculturais adotados no período e a necessidade de intervenção no plantio.	Anualmente, pelo período de 05 (cinco) anos, até conclusão do projeto

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: VINICIUS NASCIMENTO CONRADO

MASP: 1132723-6

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome:

MASP:



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Nascimento Conrado, Servidor Público**, em 02/01/2025, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **104807342** e o código CRC **E9DF9751**.

Referência: Processo nº 2100.01.0029765/2024-90

SEI nº 104807342